

Autonomia dos Países Bálticos: uma questão geopolítica

Baltic States Autonomy: a geopolitical question

Larissa Rosevics*

Boletim Meridiano 47 vol. 13, n. 131, mai.-jun. 2012 [p. 16 a 22]

Introdução

No início de novembro de 2011, reuniram-se na cidade de Lubmin, Alemanha, a chanceler alemã Angela Merkel e o presidente russo Dimitri Medvedev para a inauguração da primeira tubulação do gasoduto Nord Stream construída no Mar Báltico e que tem por objetivo interligar o gás da Sibéria ao mercado consumidor europeu, sem intermediários. As duas tubulações de 1.224 km cada, previstas no projeto, diminuirão os custos da exportação de gás e óleo russo para a Europa Ocidental, ampliando o fornecimento e o mercado consumidor da Rússia. A realização da Nord Stream foi possível graças ao consórcio entre cinco grandes empresas do ramo: a russa Gazprom, que detêm 51% de participação no projeto; as alemãs Basf e E.On, com 15,5% cada; a holandesa Gasunie e francesa GDF Suez, com 9%. A Nord Stream coube planejar, construir e operar o gasoduto, considerado o maior projeto de infraestrutura energética atual.¹

Enquanto, de um lado, Alemanha, França, Dinamarca, Reino Unido e Holanda celebravam ansiosos pelos cerca de 55 bilhões de metros cúbicos de gás por ano que a Rússia promete fornecer através do gasoduto, de outro lado, Polônia, Ucrânia e os Países Bálticos protestavam. Para esses países, a construção do gasoduto pode acarretar danos ambientais, econômicos e políticos graves na região, desequilibrando as relações de poder existentes. Como destacou Immanuel Wallerstein (2011) em seu artigo publicado no site *Agence Global*, “This is a geopolitical game-changer, unlike all the widely discussed non-events that are not going to happen”.²

O Mar Báltico é uma importante fonte de renda para os países ao seu redor e um desastre ambiental poderá prejudicar setores econômicos estratégicos como o da pesca e o de transporte marítimo. Também poderá haver perdas significativas na arrecadação de impostos e na capacidade de barganha que esses países têm com a Rússia por servirem até então como entrepostos do gás russo para o mercado consumidor europeu.

Porém, foram as preocupações políticas que ganharam destaque nos protestos, fundadas no receio da ampliação do poder da Rússia, que passou a ser a principal fornecedora de recursos energéticos para a Europa. A aliança russo-germânica também trás as más recordações do Pacto Molotov-Ribentrop.

A história da região é repleta de relatos de invasões, disputas e partilhas do território entre russos e alemães e, uma parceria significativa como a atual provoca receios quanto à independência e autonomia de países como os litorâneos Estônia, Letônia e Lituânia. Os três Países Bálticos serão provavelmente os mais afetados pelo novo contexto geopolítico que se desenha. Desde o fim da União Soviética, eles limitam as saídas a oeste da Rússia rumo a Europa Ocidental. Eles procuraram, através da entrada na União Europeia e na OTAN, estabelecer alianças que garantissem que o perigo russo se mantivesse distante, uma segurança que foi abalada pelos novos acontecimentos na região.

* Professora substituta na graduação de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, doutoranda em Economia Política Internacional pela mesma instituição (larissa_ri@hotmail.com).

1 Agradeço a leitura atenta dos colegas Glauber Carvalho e Fernanda Severo.

2 “Trata-se de uma virada de jogo geopolítica, ao contrário de todos os discutidíssimos não-acontecimentos que não estão prestes a ocorrer”.

O presente artigo pretende demonstrar histórica e geopoliticamente como russos e alemães influenciam na autonomia dos três Países Bálticos. Ele está dividido em três partes. Na primeira, serão apresentadas as características que possibilitam afirmar que a região em que se encontram os Países Bálticos é um espaço estratégico e motivo de disputas entre as potências que os cercam. Na segunda parte, a história de luta e emancipação da Estônia, Letônia e Lituânia serão relatadas em seus dois momentos: a primeira independência entre 1918 e 1940, e a segunda independência em 1991. Por fim, tratar-se-á da entrada dos três países na União Europeia, na OTAN e as perspectivas das suas autonomias frente ao novo contexto geopolítico.

Percepções Geopolíticas

A região do Báltico tem uma história de dominação e conflitos justamente por ser uma área de passagem estratégica. Consta que ela é povoada há séculos e serviu de rota comercial para os Vikings em suas incursões ao Mar Mediterrâneo. As disputas medievais chegaram à região com o último conjunto de Cruzadas, conhecidas como Cruzadas do Norte ou Cruzadas do Báltico, empreendidas pelas ordens dos Livonianos e dos Teutônicos em busca da conversão dos diversos povos pagãos que ali viviam. Essa constante movimentação produziu um ambiente de conflitos, negociações e trocas de técnicas e conhecimentos entre germânicos, russos, poloneses, dinamarqueses e suecos e estabeleceu as últimas fronteiras da Europa.

As suas planícies e rios possibilitam um alto potencial de interligação entre as margens do Báltico, o leste europeu e a porção ocidental do continente, tão visada pelos povos da região. Boa parte de seus rios são navegáveis e levam até o Mar Báltico. Os dois principais são: o Niemen, que nasce na Bielorrússia e se estende pela Lituânia; e o Westner Dvina ou Dalgava, que nasce na Rússia, passa pela Bielorrússia e deságua em Riga, na Letônia, tendo ligações com o rio Dniepre, um dos principais rios da região e que vai até o Mar Negro. Através do Mar Báltico, ainda é possível ter acesso ao rio polonês Vistula. No total são onze as principais cidades portuárias³, sendo duas delas capitais: Riga, na Letônia, e Tallin, na Estônia. A capital da Lituânia, Vilnius, é a única no interior do país, e tem uma posição central em relação a toda a Europa.

Com a unificação alemã no século XIX, as disputas tornaram-se mais acirradas na região. O geopolítico Halford Mackinder (1904), ao construir seus conceitos de poder terrestre, poder marítimo e poder anfíbio, tinha em mente os perigos que Rússia e Alemanha poderiam proporcionar ao equilíbrio europeu, sendo os territórios às margens do Báltico um espaço de interesse para ambos os países.

Apesar de seu tamanho significativo, a Rússia precisava das margens do Báltico para garantir suas saídas para o Oceano Atlântico e para o Leste Europeu. A Alemanha, por outro lado, teria seu acesso ao Oriente Médio bastante facilitado a partir das possíveis entradas fluviais no Mar Báltico. Tanto a construção de um poder terrestre quanto a de um poder marítimo por parte das duas potências passa pelo domínio da região do Báltico.

Se, por um lado, o desenvolvimento das tecnologias de navegação permitiu a ascensão do poder marítimo dos Estados, por outro as ferrovias também transformaram o poder terrestre ao interligar extensos territórios. A ferrovia transiberiana, construída pela Rússia entre 1891 e 1916, uniu o país de Moscou à Vladivostok, ou seja, de sua porção ocidental à oriental. Enquanto isso, a Alemanha tentava levar a frente o projeto de construção de uma linha férrea, iniciado em 1890, que ligaria Berlim a Bagdá e que poderia estabelecer um porto alemão na região do Golfo Pérsico. Do ponto de vista marítimo, a Inglaterra tentava evitar o expansionismo alemão através de alianças com os russos, ao mesmo tempo em que procurava aliar-se aos japoneses para conter a expansão russa no início do século XX. Estavam criadas as primeiras condições para a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Durante o período da primeira independência dos Países Bálticos, alguns autores ressaltaram a importância geopolítica da região. Para Joseph S. Roucek (1949), o *Dominium maris baltici*, ou seja, o domínio do Mar Báltico, foi a chave do sucesso de diversos impérios da região. Segundo o autor, foi apenas após a conquista de Livônia pela

3 Klaipeda e Butinge na Lituânia; Riga, Ventspils e Liepaja na Letônia; Kuivastu, Kunda, Muuga, Parnu Reid, Sillamae, Tallinn na Estônia.

Suécia que Gustavo Adolfo (1594-1632) pode construir uma grande carreira. A conquista do Báltico por Pedro, o Grande (1672-1725) da Rússia, possibilitou a expansão para o oeste e a construção de seu grande império, que, com a fundação de São Petersburgo, em 1703, abriu as janelas do império russo para o mundo ocidental. Para Roucek (1949), o que torna os Países Bálticos uma região estratégica são seus aspectos geográficos. Localizadas às margens do Báltico, as três nações são um entreposto entre a Rússia e os chamados “mares quentes”.

Em 1931, ao escrever sobre os Países Bálticos para a revista *Foreign Affairs*, Otto Hoetzsch referiu-se não apenas a Estônia, Letônia e Lituânia, mas também a Finlândia e a Polônia, dois outros Estados às margens do Báltico. Nesse texto o autor procurou destacar a necessidade de acordos que permitissem a livre circulação no Mar Báltico, bem como as principais características políticas e econômicas dos novos Estados. Sobre os três Países Bálticos tratados neste trabalho, Hoetzsch destaca as diferenças religiosas, as características agrárias de suas economias, a importância de seus vizinhos como parceiros comerciais e a existência de muitos alemães em seus territórios. Palco de uma rivalidade histórica, para o autor apenas as potências da Europa Ocidental, especificamente a França, seriam capazes de levar paz, segurança e estabilidade para a região.

Após a emancipação dos Países Bálticos da União Soviética, as saídas naturais dos russos para o oceano Atlântico e para o Báltico ficaram limitadas, pois parte delas permanece congelada em determinados períodos do ano graças à proximidade com o Ártico. Além disso, é necessário atravessar a Lituânia para acessar Kalingrado – o território que a Rússia manteve no litoral do báltico após o fim da União Soviética e que possui um porto de águas navegáveis durante todo o ano.

Do ponto de vista territorial, a região também é uma importante porta de acesso tanto para a Rússia quanto para o Leste Europeu. Seu terreno tem grandes extensões de planícies, favoráveis a agricultura e a construção de ferrovias e estradas. Segundo Edgars Andersons (2001), até mesmo o espaço aéreo da região é potencialmente estratégico.

Ainda que seja uma região autossuficiente do ponto de vista alimentar e rica em biodiversidade, ela é dependente da importação de recursos energéticos, tais como gás natural, carvão e petróleo vindos principalmente da Rússia, através de gasodutos. O fechamento da usina nuclear de Ignalina, em 2009, por pressão dos demais países europeus, foi um duro golpe para a região, pois ela era responsável por 70% da energia da Lituânia e parte da energia da Letônia.

A Busca por Independência

Os Países Bálticos foram palco de batalhas entre russos, germânicos, suecos, eslavos e outros povos da região entre os séculos XVI, XVII e XVIII. As guerras expansionistas de Pedro, o Grande (1672-1725), e Catarina II (1729-1796) levaram o Império Russo à conquista de toda a região litorânea do Báltico. Em 1795, com a partilha da Polônia por conta das guerras napoleônicas, apenas uma pequena parte da Lituânia, ao sul, seguiu sob posse da Prússia, enquanto todo o restante passou ao domínio russo.

Nem as Revoluções Polonesa-Lituanas de 1830-1831 e 1864-1865, nem a Guerra Estoniana de Mahtas, em 1858, nem os movimentos nacionalistas que invadiram a Europa em 1848 a partir da chamada Primavera dos Povos, foram capazes de unir os habitantes da região litorânea do báltico em torno de uma consciência nacional com forças político-militares suficientes para promover uma luta de independência.

Os primeiros sinais de busca por autonomia na região aconteceram a partir das Revoluções Russas de 1905 que enfraqueceram o governo central do Império com duras contestações ao seu poder. Segundo Edgars Andersons (2001), a participação de homens do Báltico nas forças armadas russas influenciou a formação de uma consciência nacional nos líderes da região.

Porém, apenas acontecimentos como a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Bolchevique, o colapso do Império Alemão e o direito de autodeterminação dos povos proclamado pela Tríplice Entente foram capazes de preparar o povo do báltico para sua independência. Durante a Primeira Guerra Mundial, a região foi palco de muitas batalhas, especialmente na Letônia e na Lituânia. O contato de soldados de origem báltica com técnicas militares, associado

à instabilidade proporcionada pela guerra, possibilitou a constituição das forças armadas nos Países Bálticos, que, gradativamente, declararam a autonomia de seus territórios.

O ano de 1917 foi um ano de revolução na Rússia, motivo que, inclusive, afastou da Primeira Guerra Mundial. Seus conflitos internos impossibilitaram o controle de todo o território. No caso do Báltico, a expulsão dos alemães que haviam avançado sobre a região litorânea foi feita em grande medida pelos próprios povos da região que, ao recuperarem suas terras, declararam suas independências.

Em 1917, a *United Baltic Duchy* foi criada por militares alemães na área litorânea do Báltico como um Estado independente, mas sob controle de uma monarquia alemã. Foram mantidas bases militares voluntárias alemãs denominadas *Freikorps* que diziam garantir a segurança da região. Com sua capital na cidade de Riga, esse Estado não chegou a ser reconhecido como soberano pelos demais Estados europeus.

Em fevereiro de 1918, a Estônia declara sua independência, entrando em conflito com a Rússia soviética e a resistência alemã. Com a vitória na guerra de independência ela passou a ser reconhecida internacionalmente como um Estado Soberano em 1920, primeiro pela Finlândia, seguida da Polônia e pelos demais países ocidentais. No mesmo mês de fevereiro de 1918, o Conselho da Lituânia declarou a independência do país, que, por ter fronteiras com a Polônia e a Alemanha, se manteve constantemente em conflito. Na década de 1920, os poloneses ocupam Vilnius, tradicional capital da Lituânia, obrigando a sua transferência para Kaunas. Em 1923, os alemães também invadem o país e ocupam a região de Klaipeda, onde permaneceram até 1939.

Em novembro de 1918, foi a vez do povo da Letônia declarar sua independência, seguida de uma guerra dos independentistas contra os soviéticos letos, os russos e os alemães da *United Baltic Duchy*.

No ano de 1939, pouco antes da Segunda Guerra Mundial, os ministros das relações exteriores da União Soviética, Vyacheslav Molotov, e da Alemanha, Joachim Von Ribbentrop, se reuniram em Moscou para a assinatura de um Tratado de não agressão entre os dois Estados, que levou o nome de Pacto Molotov-Ribbentrop. A cláusula principal do acordo era a neutralidade entre as nações em caso de agressões de terceiros, e ele manteve-se ativo até a invasão alemã aos territórios soviéticos em 1941. As cláusulas secretas do acordo, no entanto, dividiam as regiões nordeste e leste da Europa em áreas de influência entre soviéticos e alemães. A princípio, apenas Letônia e Estônia ficaram como parte soviética do acordo, mas uma segunda cláusula secreta também incluiu a Lituânia. Em 1940, a União Soviética ocupou os territórios que lhe cabiam no acordo.

As ocupações soviéticas baseadas no Pacto Molotov-Ribbentrop foram derrubadas pelos nazistas entre 1941 e 1944, período em que a região foi palco de batalha da Segunda Guerra Mundial sob influência alemã. No princípio, grande parte da população de origem báltica acreditava que a Alemanha devolveria à região a independência perdida e por isso colaboraram com muitas ações nazistas. A União Soviética ao vencer a guerra, retomou a região anexando-a definitivamente. As invasões feitas após a Segunda Guerra Mundial possibilitaram uma intervenção político-militar direta nos Países Bálticos. Estes se integraram ao bloco soviético e passaram a se chamar República Socialista Soviética da Estônia, da Lituânia e da Letônia.

Durante o período em que os Países Bálticos estiveram sob o domínio soviético, foram feitos investimentos em suas áreas portuárias, instalação de indústrias e novas técnicas agrícolas. A implantação do programa de sovietação da população gerou o envio de grandes números de russos para as três Repúblicas Soviéticas, em especial para ocuparem cargos da burocracia estatal, bem como o envio de milhares de estonianos, letos e lituanos para a Sibéria ou para o exílio.

O sucateamento da União Soviética e seus problemas políticos estruturais levaram às reformas implementadas por Mikhail Gorbachev a partir da década de 1980, em especial a *Glasnost*⁴. Com ela emergiu o debate sobre as

4 A *Glasnost* (transparência) foi o processo político ligado a *Perestroika* de Mikhail Gorbachev, que tinha por objetivo abrir espaços para a discussão das reformas que estavam se processando na União Soviética. O movimento de questionamento do sistema que dela derivou possibilitou que as sociedades das diversas regiões pudessem demonstrar suas insatisfações, tanto do ponto de vista econômico, como social e político. Muitos movimentos separatistas emergiram, dentre eles os dos Países Bálticos.

condições do regime soviético e, conseqüentemente, o crescimento da insatisfação dos habitantes das regiões anteriormente anexadas ao governo central. Baseados em um passado de independência, formaram-se grupos políticos organizados pró-nacionalistas. A adesão dos Países Bálticos à URSS foi fortemente contestada a partir da década de 1980, ao considerada a ocupação soviética ilegal e exigia-se a emancipação de tais territórios. A abertura econômica feita a partir da *Perestroika* favoreceu os movimentos nacionalistas na URSS, como destaca Demétrio Magnoli (1993).

As organizações nacionalistas das Repúblicas Soviéticas às margens do Báltico primeiro se voltaram contra as lideranças políticas regionais e, em um segundo momento, com o apoio dos políticos locais, lutaram por suas independências. Os protestos, a partir de 1989, mobilizaram milhares de pessoas, em grande parte incentivadas pelas instâncias políticas locais. Durante o aniversário de 50 anos do Pacto Molotov-Ribbentrop, mais de dois milhões de pessoas deram as mãos pelos Países Bálticos no simbólico *Abrço pela Paz*, que formou um cordão 600 km. Os grupos políticos separatistas Rahvarinne da Estônia, a Frente Popular da Letônia e o Movimento de Reforma da Lituânia foram os principais responsáveis por essa manifestação.

As independências foram declaradas em 1990. Apesar das instâncias políticas soviéticas terem considerado os atos de independência ilegais e das tentativas de reocupação do território em 1991, a URSS estava fragilizada demais para conseguir manter esses territórios.

Para Hobsbawm (2001) há dois fatores que permitiram a fragmentação da União Soviética. O primeiro era a teoria oficial da URSS de autonomia territorial para os grupos nacionais, tanto para as repúblicas quanto para suas regiões e áreas autônomas, que deixara, assim, uma fratura nacionalista embutida no sistema. O segundo fator foi a transformação da Rússia em uma república como as demais, não dando força suficiente para que ela pudesse conter um processo de desintegração da URSS.

Da URSS para União Europeia

Entre a saída dos Países Bálticos da União Soviética e a entrada na União Europeia, passaram-se treze anos de reestruturação política, econômica e social. As exigências para que pudessem acessar o novo bloco foram que os países estabelecessem democracias estáveis, com garantias ao cumprimento dos direitos humanos e das minorias, que suas economias estivessem saudáveis e que eles se comprometessem a incorporar as leis estabelecidas pela União Europeia.

Logo após a proclamação das independências, os Países Bálticos criaram a *Assembleia Báltica*, uma organização internacional que tinha por objetivos promover a cooperação entre os Parlamentos dos três países e integrá-los ao bloco europeu. Ela procurou discutir problemas, assuntos e projetos de comum interesse entre os países, bem como coordenar as suas políticas econômicas, sociais, culturais e internacionais, buscando sempre preservar as identidades nacionais de cada um dos Estados. A *Assembleia Báltica* foi o principal interlocutor entre os Países Bálticos e a Rússia, para a retirada de suas tropas dos territórios, e com a Europa, para a entrada dos países no bloco, mantendo esse papel de mediador até hoje.

O interesse dos Países Bálticos na entrada na União Europeia foi mútuo. Do ponto de vista dos três países, a entrada significava maior resistência contra as possíveis investidas russas em busca de anexação de seus territórios, além de acesso aos mercados e investimentos europeus. Já do ponto de vista das grandes potências, tanto europeias quanto dos Estados Unidos, era preciso recuperar e ocupar o Báltico, cercar a Rússia e, para os grandes investidores, liberar os mercados.

Entrar na União Europeia exigiu o cumprimento de uma série de reformas, metas e índices por parte dos Países Bálticos, que deveriam se aproximar do modelo democrático e neoliberal dos países europeus. Segundo Amaral (2011) as principais medidas políticas eram: a) garantia ao cumprimento dos direitos humanos e das minorias existentes nos Estados; b) estabelecimento de democracias estáveis, com eleições regulares e liberdade de imprensa;

c) reformas constitucionais que possibilitassem a incorporação plena da legislação existente da União Europeia. Economicamente, o modelo neoliberal exigia: a) abertura econômica; b) liberalização de preços, do comércio exterior e dos serviços financeiros; c) regulamentação favorável à economia de mercado, ou seja, desregulamentação; d) controle das contas públicas e diminuição do Estado; e) privatizações.

Um dos problemas mais graves que os Países Bálticos tiveram que enfrentar foi com relação às minorias. A presença de russos entre as populações da Letônia e da Estônia ainda é muito grande. Todos os países tiveram que estabelecer meios legais de garantias dos direitos humanos, além de legislações específicas sobre cidadania e naturalização para aqueles que fossem de etnias diversas, mas que quisessem permanecer nos territórios bálticos.

A entrada dos Países Bálticos na União Europeia e de outros cinco países banhados pelo Mar Báltico possibilitou a livre circulação de bens e serviços na região, bem como o acesso a uma legislação comunitária. A União Europeia já fez grandes investimentos nestes Estados na área de preservação ambiental, segurança e infraestrutura, com o objetivo de torná-la mais competitiva, de facilitar a circulação na região e de diminuir a influência russa. A adesão foi condicionada ainda à entrada dos Países Bálticos ao Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁵, que aconteceu sob fortes protestos dos russos, que temiam a entrada de tanques e armamentos pelo Mar Báltico. Os três países não assinaram, em 1990, o Tratado para Forças Convencionais na Europa⁶, que tinha como propósito a redução das forças e equipamentos militares dos seus membros e limitava o estacionamento de cinco categorias de armamentos pesados, como tanques e porta aviões, entre o oceano Atlântico e os Montes Urais.

Desde a entrada dos Países Bálticos na OTAN, a Rússia acabou cercada por seus antigos membros em sua porção oeste. A principal ação de proteção do Báltico é realizada pela Força Aérea Báltica, com permanência na Primeira Base Aérea de Siauliai, na Lituânia e que responde ao QRA (*quick reaction act*) da organização. Como os Países Bálticos não têm uma força aérea capaz de exercer essa função, a cada quatro meses os membros da OTAN se revezam na tarefa. Apesar de a Rússia ser um dos países *parceiros para a Paz* da organização, ela não participa das operações da Força Aérea Báltica da OTAN.

Conclusão

Não há relações internacionais sem Estados, sem pessoas, sem poder, nem sem capital. Esses quatro elementos dialogam entre si e com seus semelhantes dentro de um espaço físico autoritariamente dividido. Enquanto o pensamento geopolítico é um saber estratégico, o estudo das relações internacionais está direcionado à compreensão e à análise da complexa realidade internacional. Juntos, eles permitem perceber certas complexidades existentes nesse sistema interestatal capitalista, composto por Estados juridicamente iguais entre si que, no entanto, possuem grandes diferenças geográficas, sociais, econômicas e militares. São estas diferenças que, por fim, acabam definindo o papel político de cada Estado dentro do sistema interestatal capitalista.

O Mar Báltico segue sendo estratégico tanto para Alemanha quanto para Rússia e para as relações de poder da região. O território privilegiado dos Países Bálticos é uma porta de entrada para várias áreas estratégicas do globo, tais como a Europa Ocidental, o Leste Europeu e até mesmo o Oriente Médio. Ambas as potências seguem presentes na região do Báltico, unidas e fortalecidas inclusive pela construção do Gasoduto, como demonstram os acontecimentos mais recentes.

5 A OTAN surgiu em 1949, durante a Guerra Fria como uma aliança militar entre os Estados Unidos e seus aliados na Europa para garantir a segurança da região com relação à União Soviética e o Pacto de Varsóvia. Após o fim da Guerra Fria e o fortalecimento da Comunidade Europeia, especulou-se sobre a criação de uma organização militar própria do bloco, que tornaria a OTAN desnecessária para a segurança do mesmo. No entanto, a OTAN segue sendo a principal organização militar do bloco.

6 O Tratado sobre Forças Convencionais na Europa (CFE) foi negociado logo após o fim da Guerra Fria, e teve como seus signatários os dezesseis países da OTAN a Rússia e mais alguns países do Leste Europeu. Ele entrou em vigor em 1992 e, em 2007, a Rússia declarou que não cumpriria mais as obrigações do tratado, graças ao insucesso na sua tentativa de alterar o texto do tratado para permitir a permanência das tropas russas na Moldávia e na Geórgia, bem como pela insistente tentativa americana de construção de um sistema antimísseis na Polônia.

As pressões e disputas às margens do Mar Báltico resultaram em uma histórica instabilidade social, política e econômica que assola a região ainda hoje. Uma hipótese sobre a união entre a Alemanha e a Rússia é a de que ela poderia gerar um domínio sobre o Báltico que, em pouco tempo, facilitaria o acesso ao Leste Europeu e ao Oriente Médio, outras duas zonas de conflito e de constante disputa internacional.

O fato é que o fortalecimento do poder da Rússia gera um clima de insegurança nos povos dos três Países Bálticos, e a construção de uma relação de dependência, como a que se desenha com o gasoduto da Gazprom, estabelece um descrédito quanto à capacidade da União Europeia agir como intermediária e aliada da região. Mais uma vez, as ameaças à autonomia dos Países Bálticos parecem ressurgir.

Bibliografia

- AMARAL, José Estanislau do Amaral. *Usos da história: a diplomacia contemporânea dos Estados Bálticos*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.
- ANDERSON, Edgars. The military situation in the Baltic States. *Baltic Defence Review*. n. 6. 2001. p.113-153.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- HOETZSCH, Otto. The Baltic States, Germany and Russia. *Foreign Affairs*. v.10, n.1. Out.1931. (p.120-133).
- LIGHT, Margot. A redivisão da Europa. *Contexto Internacional*. Vol.17. n. 2. jul/dez 1995.p.295-312.
- MACKINDER, Halford J. The geographical pivot of history (1904). *The geographical journal*.v.170, n.4, Dec.2004. (p.298-321).
- MAGNOLI, Demétrio. *O novo mapa do mundo*. São Paulo: Moderna, 1993. (Coleção Polêmica)
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.
- ROUCEK, Joseph S. The geopolitics of Baltic States. *The American Journal of Economics and Sociology*. vol.8, issue 2, jan.1949. (p.171-175).
- WALLERSTEIN, Immanuel. The Paris – Berlin-Moscow axis back again. *Agence Global*.15. Nov. 2011. Disponível em <<http://www.agenceglobal.com/article.asp?id=2684>>. Acesso em: 2. mar. 2012.

Resumo

As margens do Mar Báltico são espaços estratégicos disputados durante séculos pelos povos da região. A emancipação de Estônia, Letônia e Lituânia esteve sempre ameaçada pelo expansionismo de Alemanha e Rússia. Este artigo pretende demonstrar historicamente e geopoliticamente como russos e alemães influenciam na autonomia dos três Países Bálticos.

Abstract

The shores of the Baltic Sea are strategic areas disputed by centuries for the peoples of the region. The emancipation of Estonia, Latvia and Lithuania has always been threatened by the expansionism of Germany and Russia. This article seeks to demonstrate historically and geopolitically as Russian and German influence on the autonomy of the three Baltic States.

Palavras chave: Alemanha; Rússia; Países Bálticos

Keywords: Germany; Russia; Baltic States

Recebido em 11/03/2012

Aprovado em 20/04/2012